



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

**COORDENADORIA INTEGRADA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS,
JUDICIAIS E CENTRAL DE MANDADOS DE AMERICANA**

No dia 2 do mês de fevereiro de 2018, a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária, conforme Edital CR nº 2/2018, divulgado em 17/01/2018 no DEJT (Edição 2396/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 02/03). Presente a Juíza Diretora do Fórum e Coordenadora, ANA PAULA ALVARENGA MARTINS. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM
ANA PAULA ALVARENGA MARTINS

JUÍZA RESPONSÁVEL
ANA PAULA ALVARENGA MARTINS

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

(fonte: Coordenaria de Provimento e Vacância)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

a) Lotação – servidores da secretaria:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Adriana Maria Caravaggioni	TJA	FC-03 coordenador de CM	10/10/2016
Margarete Deltreggia Reis	TJA	FC-05 Assistente Diretor de Distribuição	28/05/2015
Ozenir Aparecida Dutra Santoro	TJA	CJ-02 Diretor Serviço Distribuição Feitos	28/05/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			03
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

b) Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Lilian Barreto Rodrigues	AJ-OJA		28/05/2015
Maria Carmen Del Bel Tunes	AJ-OJA		28/05/2015
Paulo Cesar Garcia	AJ-OJA		28/05/2015
Priscila de Cassia Vieira	AJ-OJA		28/05/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			04
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

c) Ausências, exceto férias – 15/12/2016 a 15/01/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
Licença para tratamento pessoa da família	03
Licença para tratamento da própria saúde	07
Participação em curso ministrado pelo Tribunal	20
Total:	30

e) Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

Não há.

f) Ações de capacitação – 02/02/2017 a 15/01/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
Adriana Maria Caravaggioni	110
Lilian Barreto Rodrigues	23
Margarete Deltreggia Reis	50
Ozenir Aparecida Dutra Santoro	125
Paulo Cesar Garcia	58



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

3 - MOVIMENTAÇÃO - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	3.218	2.312
2ª VARA	3.587	2.458
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	1.627	344
TOTAIS	8.432	5.114

4 - MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados)

a) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

b) Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

Não há.

c) Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Paulo Cesar Garcia	01	17/11/2017
Maria Carmen Del Bel Tunes	01	16/11/2017
TOTAL		

Obs. os oficiais de justiça nominados tiveram férias no interregno de 8 a 19/12/2017.



CORREGEDORIA REGIONAL

5 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

A gestora informou serem adotadas no Fórum medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas três pautas por semana, de terça a quinta-feira, 10 processos por dia, permanecendo o Magistrado na Unidade.

São incluídos processos nas fases de conhecimento (primeira audiência) e execução (homologação de cálculos). Além de serem elaboradas pautas exclusivas para grandes empresas e outras interessadas.

Quando há servidor em férias o número de processos por pauta reduz-se a cinco.

Informou, ainda, que a Coordenadoria conta com três servidoras capacitadas para mediação pela Escola Judicial.

6 – DETERMINAÇÃO:

6.1 – observar os seguintes normativos: Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – Seção XII (atualiza e sistematiza as Normas Procedimentais na Fase de Execução); Provimento GP-CR n° 06/2014 (regulamenta os critérios para operacionalização do Sistema de Investigações Bancárias – Simba); Comunicado CR n° 10/2017 (comunica procedimento sobre publicação referente a processos em segredo de justiça); Comunicado CR n° 14/2017 (comunica os procedimentos que devem ser adotados para processos arquivados definitivamente, no Pje, a partir de cumulação de execuções ou execução frustrada); Ato GP-CR n.º 05/2015 (envio dos processos ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial).

7 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de partes advogados e terceiros para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

atendimento da Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

8 – CONSTATAÇÕES:

Foram realizadas reuniões com os servidores da Coordenadoria de Gestão Compartilhada, com os Oficiais de Justiça, com a Coordenadora, com a presença dos Diretores de Secretaria da Primeira e da Segunda Varas do Trabalho de Americana abordando os seguintes temas:

8.1 – Estagiário

A Unidade encontra-se sem atuação de estagiário. Informou a Gestora que já foi solicitada a contratação ao setor competente no TRT, aguardando a nomeação para março/2018.

Sugeriu-se a opção por estagiário da área de ciências contábeis ou econômicas a fim de auxiliar na execução, bem como nas audiências de mediação em processos nas fases de liquidação e execução.

8.2 – Incentivo à Mediação

Informaram que no ano de 2017 foram realizadas 407 audiência de mediação em processos da Primeira Vara e 123 da Segunda Vara.

A Exma. Juíza Diretor do Fórum, responsável pela CIA esclareceu que são realizadas várias audiências de conciliação com processos na fase de conhecimento, mas parte delas são relativas a processos que retornam de Instâncias superiores, com trânsito em julgado, tratando-se, na verdade de audiência de tentativa de conciliação na fase de liquidação.

No que diz respeito às audiências de conciliação realizadas pelo CEJUSC-Segundo Grau, a Exma. Juíza Responsável pela CIA informou que foram



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

colocadas em pauta cerca de 100 processos da empresa VCA – Viação Cidade de Americana Ltda, que não resultaram em acordos, mas foram direto para julgamento por se tratar de matéria de Direito e já foram solucionados.

A Exma. Juíza Responsável pela CIA salientou que os processos pilotos, com acumulação de execuções têm audiência de conciliação conduzida pelos Magistrados nas próprias Varas.

Salienta-se que embora a CIA tenha feito audiências de mediação na fase de conhecimento, sua função primordial é o trabalho na fase de execução, envolvendo não só as pesquisas básicas e avançadas, mas também as audiências de mediação, em número muito baixo tanto na CIA quanto nas Varas do Fórum.

Determina-se assim, que a pauta de audiência de mediação seja incrementada a fim de que seja disponibilizado maior número de vagas na pauta para realização de audiências de mediação nas fases de liquidação e execução, cabendo à CIA as providências para intimação das partes e seus patronos. Por outro lado as Varas deverão envidar esforços para realização de audiências de mediação na fase de conhecimento, indicando servidores com perfil para a mediação, que poderão receber orientação e sugestão dos servidores da CIA capacitados pela Escola Judicial, até que seja disponibilizada vaga na Escola Judicial para capacitação.

8.3 – Competências e Pesquisa Avançada

A Unidade não realiza pesquisa avançada e não tem Oficial de Justiça designado tanto. A Coordenadora da CIA relatou que atualmente a pesquisa realizada é apenas de pesquisa básica sobre bens e que não é realizado o trabalho de pesquisa avançada por não ter acesso às ferramentas, além da limitação regulamentar das atividades da CIA por meio do provimento.

A Juíza responsável informou que foi feito um projeto para as atividades a serem exercidas pela CIA e Oficiais de Justiça de Americana, mas que não foi colocado em execução diante da notícia da nova reestruturação das Coordenadorias Integradas pelo TRT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

O trabalho primordial dos servidores da CIA e dos Oficiais de Justiça é o auxílio à execução. Ressaltou-se a grande quantidade de processos de pesquisa avançada no CEJUSC de Campinas, cabendo a CIA auxiliar nesse trabalho de inteligência, com relação às execuções no Fórum Trabalhista de Americana.

A Exma. Juíza responsável salientou que as Varas de Americana já trabalham a execução em conjunto, havendo processos pilotos em ambas, vinculando processos de mesmos devedores das duas Unidades.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora salientou que, com a disponibilização das ferramentas de pesquisas básica e avançada, o trabalho de diligências externas do Oficial de Justiça foi esvaziado, cabendo a esse profissional o empenho em outras atividades que beneficiem a execução. Ressaltou a necessidade dos Magistrados que atuam no Fórum se cadastrarem no SIMBA.

Verificou-se que apenas as servidoras que atuam na mediação possuem perfil de servidor - conhecimento e secretário de audiências. Os Oficiais de Justiça têm apenas perfil de Oficial e Justiça Avaliador/Oficial de Justiça Distribuidor de Mandados.

Esclareceram que poderiam realizar mais tarefas relativas à execução, como a expedição de mandados e realização do primeiro BACEN, o que só seria possível com a liberação do perfil para acessos do Pje para os Oficiais de Justiça como servidores das Varas.

Ficou convencionado entre os Servidores da CIA, os Oficiais de Justiça e os Diretores de Secretaria das Varas locais que a CIA e os Oficiais de Justiça serão responsáveis pela expedição dos mandados de pesquisa básica e avançada, primeiro Bacen, além de suas competências. Para o que requereram a abertura do perfil como servidores da Secretaria,

Ficou, ainda, convencionado que os Oficiais de Justiça, além da pesquisa básica, realizarão a pesquisa patrimonial avançada, inclusive a pesquisa de pessoas, de situações de desvio e blindagem patrimonial.

A Exma. Juíza responsável salientou que o Oficial de Justiça é o profissional que acumula maiores condições para execução dessa pesquisa, no entanto, acredita seja necessário melhor treinamento, tendo, inclusive, sugerido a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

disponibilização de curso pela Escola Judicial e enquanto não houver treinamento específico, coloca-se à disposição dos Oficiais de Justiça para orientação quanto ao treinamento.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, encaminhará a solicitação aos setores competentes, para abertura de perfil como servidores das Varas locais aos Oficiais de Justiça de Americana.

No que diz respeito a utilização das ferramentas de pesquisa, a Oficiala de Justiça Lilian Barreto Rodrigues informou que há cerca de um mês o convênio Infoseg passou a disponibilizar o acesso à plataforma do Ministério do Trabalho e Emprego, o que viabiliza a localização do endereço de trabalho de um pesquisado (na fase de conhecimento) e também para verificar se o pesquisado, na fase de execução é de fato empregado de uma determinada empresa (investigação patrimonial avançada, conjugada com outras ferramentas, como CCS), o que é de grande valia tanto aos oficiais de justiça como aos servidores e magistrado, mas que essa funcionalidade se tornou inacessível a partir da última semana. Esclareceu que abriu chamado no Infoseg, sendo informada que a base de dados foi inativada. Solicitou a intervenção da Corregedoria no retorno do acesso ao MTE. A questão será encaminhada para o setor responsável pela formalização dos convênios para utilização das ferramentas eletrônicas.

A Exma. Juíza Responsável pela CIA e os Diretores de Secretaria das Varas de Americana salientaram a qualidade do trabalho, a capacidade de iniciativa e o ótimo desempenho da Oficiala de Justiça Lilian Barreto Rodrigues, motivo pelo qual a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora consigna elogios.

8.4 – Malote Digital

Relataram a demora na abertura do malote digital e dificuldade na utilização do sistema “diligência15”, dificultando as atividades e atrasando o trabalho dos Oficiais de Justiça, sendo sugerida pela Oficiala de Justiça Lilian Barreto Rodrigues a autuação das diligências no Pje, abolindo-se o malote digital, envolvendo: 1) recebimento do malote; Distribuição; 3) Registro de controle de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

cumprimento e de prazo; 4) Recebimento de Mandados; 5) Certidão de diligência; 6) Devolução de mandado ao Juízo Deprecante; 7) comprovação de cumprimento e arquivamento da certidão, entre outras.

A Oficiala de Justiça encaminhará e-mail à corregedoria discorrendo sobre cada uma das sugestões que serão encaminhadas aos setores competentes para avaliação.

9 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

9.1 – Foi informado pela Coordenadora da CIA que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição;

9.2 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Coordenadora, pontualmente, com a ciência da Exma. Juíza Responsável Técnica sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4119/2016.

10 – OFÍCIOS

Encaminhe-se Ofício à Presidência, solicitando as providências que merecer acerca da solicitação dos Oficiais de Justiça para liberação de perfil como servidores das Varas do Trabalho de Americana no Pje.

Dê-se ciência ao setor responsável pela gestão dos convênios relativos às ferramentas eletrônicas nesta Corregedoria, acerca da solicitação de retorno do acesso ao MTE na ferramenta Infoseg, conforme narrado ao final do item 8.4 desta ata.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

10 – ENCERRAMENTO:

No dia 2 de fevereiro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.